

Saúde da Família terá tratamento contra tabagismo

10/09/2009

O Estado de São Paulo

Equipes do programa, que atendem de porta em porta, serão treinadas para ajudar fumantes a largar o vício

O Programa de Saúde da Família (PSF) foi escalado pelo governo de São Paulo para tentar contornar a deficiência do serviço prestado ao fumante paulista. Ontem, durante evento em comemoração a um mês da lei antifumo - em vigência no Estado desde o dia 7 de agosto - a Secretaria de Estado da Saúde afirmou que as 3.100 equipes que têm a função de realizar atendimento de porta em porta no controle de problemas básicos como hipertensão e diabetes, serão treinadas para oferecer também auxílio antitabagista.

"Percebemos que, depois que a lei entrou em vigor (que proibiu o fumo e o fumódromo em qualquer estabelecimento de SP), aumentou a procura nos serviços públicos para parar de fumar", afirmou o secretário de saúde, Luiz Roberto Barradas. "A estratégia de capacitar o PSF é que, por causa da própria estrutura do programa, vamos conseguir atender 720 mil pessoas por ano interessadas em abandonar o vício do tabaco."

O PSF atua hoje nas comunidades carentes, em especial, na oferta de serviços clínicos ou na casa da população ou na comunidade. Cada equipe é responsável por 4 mil famílias da região. Oferecer ajuda médica aos interessados em largar o hábito de fumar já é uma contrapartida exigida do poder público, prevista no texto da lei antifumo. Ficou acordado que determinar o banimento do fumo em qualquer ambiente seria aceito desde que as pessoas que quisessem deixar fumar conseguissem atendimento público na área. O Ministério Público de São Paulo, recentemente, abriu inquérito civil para investigar se o governo está cumprindo esta exigência da legislação.

Para os especialistas, a função extra adquirida pelo PSF é bem-vinda, no entanto, precisa vir acompanhada de investimento na infraestrutura do próprio programa. "É muito importante organizar o tratamento antitabagista aos profissionais que tratam da prevenção de doenças", afirma o presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Comunitária e Familiar, Gustavo Gusso. "Mas a cidade de São Paulo, atualmente, conta com 30% da população coberta pelo PSF. E o restante? É preciso ampliar o alcance do programa e garantir condições de atendimento das equipes."

Celso Corrêa, supervisor médico do Programa de Saúde da Família da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), avalia que a incumbência de cuidar do tabagismo é fundamental ao programa. "Qualquer política de prevenção precisa começar pelo PSF. O tabagismo permeia os quatro pontos básicos combatidos pelas equipes: tuberculose, diabetes, hipertensão e gravidez", explica. "Outra questão é que hoje somos "massacrados" pela propaganda antitabagista. Com a informação sobre os males do fumo, é preciso garantir a ajuda médica para o vício."

Na avaliação de Cid Carvalhaes, presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, justamente pela dependência do tabaco ser muito complexa, com envolvimento de questões psíquicas e físicas, é que não pode ser condicionado ao PSF. "É necessária uma estrutura ampla, que não existe hoje." O presidente da comissão de Tabagismo da Associação Médica Brasileira (AMB), Antônio Mirra, também concorda que o tratamento antitabaco é complexo. "Mas precisa fazer parte da rotina de qualquer médico para ser eficiente. Capacitar o PSF é um primeiro caminho."

Os números da fiscalização da lei antifumo mostram que os estabelecimentos estão cumprindo a determinação de não permitir o uso do cigarro (a adesão supera 99%). Porém, os fumantes que querem deixar a categoria ainda têm dificuldades. Pesquisa realizada pelo Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (Cratod) mostra que 86% dos médicos não abordam o tema tabagismo nas consultas, mesmo quando a doença está associada ao fumo.